



## **ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS COM ADOLESCENTES**

**MEDEIROS, Bianca Soares de<sup>1</sup>**  
**LEAL, Neide<sup>2</sup>**  
**SOUZA, Cristiano de<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O uso de substâncias psicoativas aumenta cada vez mais devido aos problemas econômicos e sociais (PASSOS; LIMA, 2013). Na adolescência, além dessas questões o indivíduo enfrenta uma série de mudanças que podem incluir novas experiências com drogas (FEFFERMANN; FIGUEIREDO, 2006). As políticas de proibição que surgem para tentar inibir o acesso dos adolescentes a drogas acaba não sendo eficaz, o que exige a criação de outros métodos e estratégias. A redução de danos surge, nesse sentido, como alternativa para diminuir os efeitos nocivos em jovens usuários (SOUZA; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2020). O objetivo deste trabalho foi discutir as estratégias de redução de danos no uso de substâncias psicoativas em adolescentes. Para isso, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica, que consistiu em um levantamento de textos que fossem relevantes para o assunto e, em seguida, uma seleção daqueles que abordassem diretamente experiências utilizando a estratégia de redução de danos. Conclui-se que a redução de danos pode ser muito benéfica para diminuir os riscos em adolescentes usuários de substâncias psicoativas.

**Palavras-chave:** Redução de Danos; Substâncias Psicoativas; Adolescência.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do 9º Período de Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, E-mail: bsmedeiros@minha.fag.edu.br

<sup>2</sup>Acadêmica do 9º Período de Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, E-mail: nleal@minha.fag.edu.br

<sup>3</sup>Esp. Cristiano de Souza - Professor do Colegiado Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, E-mail: cristianos@minha.fag.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Passos e Lima (2013), o Brasil apresenta dados impactantes sobre a violência relacionada ao uso de drogas, sobretudo entre adolescentes negros e pobres. A violência é apontada como a principal causa de morte entre jovens de 10 a 19 anos no país. Essa situação é agravada pelo acesso precoce a substâncias psicoativas, inclusive álcool, e pela associação entre o uso de drogas e a presença de armas de fogo. A relação entre drogas e violência é complexa e mediada por fatores sociais, econômicos e culturais.

A violência estrutural destaca-se como um problema social profundo, que vai além de violências físicas. Ela se manifesta na exclusão e na precarização das condições de vida, o que empurra muitos jovens para o uso de drogas como uma forma de inserção em um contexto social que frequentemente os marginaliza. A falta de apoio do Estado e a ausência de políticas públicas efetivas contribuem para a perpetuação desse ciclo de violência (ARAÚJO; SILVA; OLIVEIRA, 2013).

A política antidrogas dominante no mundo, especialmente a partir da “guerra às drogas” dos anos 1970, é baseada na repressão e na criminalização do usuário. O modelo proibicionista é questionado por não ter reduzido o consumo de drogas e por ter gerado efeitos devastadores, como o encarceramento em massa, especialmente de pessoas pobres. No Brasil, o sistema penal e a psiquiatria desempenham um papel central na normatização dos usuários, tratados como criminosos ou doentes. Existe ainda, o crescimento das comunidades terapêuticas, muitas vezes marcadas por violações de direitos humanos e ausência de práticas baseadas em evidências (PASSOS; LIMA, 2013).

Com a reforma psiquiátrica no Brasil, a prioridade passou a ser a assistência comunitária, visando a reintegração social e autonomia dos usuários de saúde mental, conforme a Lei nº 10.216 de 2001. A reforma representou uma mudança significativa na forma como os serviços de saúde mental são organizados no Brasil, afastando-se do modelo hospitalocêntrico. O foco na inclusão social e a promoção da cidadania é primordial para tratar não apenas a saúde mental, mas também as causas sociais que levam ao consumo problemático de substâncias (SILVA; COELHO; OLIVEIRA, 2021).

O aumento do uso de substâncias psicoativas entre adolescentes é um problema de saúde pública, exigindo ações intersetoriais para proteger essa população vulnerável. A construção da identidade e o fortalecimento do pertencimento social são fundamentais para a adolescência. As intervenções que promovem o autocuidado e a reflexão crítica sobre a saúde mental ajudam os jovens a se verem como agentes de mudança em suas próprias vidas,

o que é um passo importante para a sua inserção social (SILVA; COELHO; OLIVEIRA, 2021).

A juventude é analisada por especialistas com base nos contextos culturais, políticos e econômicos. Ela é vista como um estágio de transição, e as incertezas sobre o futuro fazem parte da experiência juvenil. A marginalização econômica e social expõe os jovens a maiores riscos, levando-os a buscar formas alternativas de lidar com o "mal-estar na civilização", incluindo o uso de drogas. Este, por sua vez, é um fenômeno cultural e, por isso, deve ser entendido dentro de contextos sociais e não apenas através de pressupostos legais (FEFFERMANN; FIGUEIREDO, 2006).

Como a adolescência é um período de mudanças no desenvolvimento humano, o uso de substâncias nessa fase pode levar a consequências sérias, incluindo dependência e problemas de saúde mental. Políticas públicas devem ser ajustadas para explorar a vulnerabilidade social e emocional dos adolescentes, buscando não apenas mitigar os efeitos do uso de drogas, mas também promover um ambiente saudável e de suporte (BUISSERETH, 2021).

Um dos maiores desafios no trabalho com adolescentes é a ausência de interesse pelo cuidado, especialmente quando o encaminhamento para acompanhamento psicológico parte da justiça ou da família. O engajamento genuíno tende a surgir apenas em momentos de crise, quando os prejuízos relacionados ao uso de substâncias superam os benefícios inicialmente percebidos. Nesses momentos críticos, a escuta terapêutica qualificada, o fortalecimento de vínculos e a oferta de um espaço para expressão subjetiva tornam-se essenciais para o processo de cuidado (TRISTÃO; AVELLAR, 2019).

Nesse cenário, é importante considerar a forma como os jovens compreendem o fenômeno do uso de drogas. Segundo Adade e Monteiro (2014), muitos adolescentes são influenciados por discursos proibicionistas que associam o uso de drogas ilícitas a crime, loucura e descontrole, ao mesmo tempo em que minimizam os riscos relacionados às substâncias lícitas, como o álcool e o cigarro. Essa visão dicotômica e simplificada revela lacunas significativas na educação formal, com confusões frequentes entre as categorias de drogas lícitas e ilícitas e um desconhecimento dos determinantes sociais do consumo, como a pressão dos pares, a exclusão social e a desigualdade. Com isso, a responsabilidade é frequentemente atribuída unicamente ao indivíduo, sem considerar os fatores estruturais que permeiam o uso.

O consumo de drogas entre adolescentes configura um fenômeno multifacetado que exige respostas educativas para além da mera transmissão de informações. Segundo Coelho,

Barros e Assis (2019), o ambiente escolar deve ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações preventivas que dialoguem com a realidade dos jovens. Da mesma forma, Reis et al. (2021) destacam a importância de estratégias pedagógicas que considerem os aspectos emocionais, sociais e culturais envolvidos no uso de substâncias psicoativas.

Diante disso, abordar o tema das drogas nas escolas deve ir além de campanhas meramente informativas. É necessário adotar estratégias pedagógicas que envolvam sensibilidade, escuta ativa e conexão com os contextos reais vivenciados pelos adolescentes. A proposta educativa deve utilizar múltiplas linguagens, como o cinema, a música e as artes visuais para estimular a reflexão crítica e afetiva. O objetivo é desconstruir mitos, reduzir danos à saúde dos jovens e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e capazes de realizar escolhas informadas (COELHO; BARROS; ASSIS, 2019).

Como aponta Weber (2021), o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes reforça a necessidade de políticas públicas que acolham, em vez de punir. A juventude é uma fase marcada por vulnerabilidade e experimentação, o que exige uma abordagem mais ética e humana. Nesse contexto, a perspectiva da redução de danos se destaca como alternativa ao modelo repressivo, por reconhecer a autonomia do sujeito e priorizar a minimização dos riscos e sofrimentos associados ao uso de substâncias.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O QUE É A REDUÇÃO DE DANOS**

A abordagem de redução de danos surgiu como uma alternativa promissora frente às estratégias tradicionais de proibição e abstinência. Nos anos 1980, essa estratégia ganhou destaque como resposta às crises de saúde pública associadas ao uso de drogas, especialmente diante da epidemia de HIV/AIDS. Diferente das práticas que exigem a interrupção imediata do consumo, a redução de danos reconhece que o uso de substâncias sempre existirá de alguma forma e, por isso, propõe a minimização dos riscos e prejuízos associados (BUISSERETH, 2021).

Nesse sentido, a redução de danos modifica o paradigma da abstinência, propondo o cuidado com o usuário sem exigir a interrupção do uso como condição inicial. O foco está na minimização dos danos físicos, sociais e emocionais, respeitando a autonomia e a singularidade de cada indivíduo. Embora a aplicação dessa estratégia em crianças e adolescentes seja controversa, autores defendem que, para jovens em situação de extrema

vulnerabilidade, como os que vivem nas ruas, ela pode ser uma alternativa produtiva de cuidado. Experiências internacionais em países como Portugal, Canadá e Austrália são frequentemente citadas como referências de sucesso nesse modelo (PASSOS; LIMA, 2013).

O conceito de redução de danos representa uma mudança significativa no enfoque sobre o uso de substâncias, passando de uma perspectiva punitiva para uma que busca mitigar os efeitos negativos. Este modelo se baseia na aceitação da realidade do uso de drogas e na promoção de práticas seguras. A proposta de educar os jovens sobre o uso de substâncias deve ser pragmática e baseada na realidade deles. O diálogo, a discussão e a consideração das experiências pessoais são fundamentais para a eficácia dessa educação (FEFFERMANN; FIGUEIREDO, 2006).

Um dos pontos centrais da redução de danos é a construção de vínculo entre profissional e adolescente, com base no acolhimento, respeito e corresponsabilização. Essa relação é essencial para que o jovem possa confiar no processo e se permitir pensar alternativas ao uso de drogas e à reincidência no ato infracional. A proposta se afasta da lógica punitiva e se aproxima da ideia de cuidado como processo educativo, político e afetivo (BERNARDO, 2015).

Lima (2018) critica o modelo tradicional de abordagem das drogas, que é conflituoso e punitivo, e propõe a redução de danos como uma alternativa voltada para a proteção e promoção da saúde. A estratégia busca mitigar os danos associados ao uso de substâncias, considerando o contexto social e cultural dos usuários.

Programas de redução de danos são considerados promissores, pois não apenas reconhecem a realidade do uso de drogas, mas oferecem alternativas de cuidado e suporte ao invés de punição (ARAÚJO; SILVA; OLIVEIRA, 2013). Quando utilizados com adolescentes, mostram-se mais do que uma técnica: são uma ética do cuidado, que valoriza o sujeito em sua integralidade. Para os jovens, abrem caminhos para o exercício de escolhas, ressignificação de vínculos e construção de novos projetos de vida. Embora enfrentem resistências por parte de alguns profissionais, afirmam-se como práticas potentes de inclusão, cidadania e transformação social (TRISTÃO; AVELLAR, 2019).

Segundo Silva, Coelho e Oliveira (2021), o conceito de redução de danos é crucial no contexto do uso de drogas, pois busca minimizar os efeitos negativos associados ao uso, ao invés de focar apenas na abstinência. Essa abordagem é essencial para lidar com a complexidade do uso de substâncias entre adolescentes, proporcionando um espaço seguro para discussões e reflexões. O trabalho conjunto entre os sistemas de saúde, educação e

assistência social é fundamental. A articulação entre diferentes serviços é necessária para garantir que os adolescentes recebam cuidados abrangentes e adequados.

## 2.1 POLÍTICAS SOBRE REDUÇÃO DE DANOS

O consumo abusivo de substâncias psicoativas é caracterizado como um sério problema de saúde pública e social no Brasil. A identificação da complexidade desse problema leva à busca de novas abordagens, como a política de redução de danos, que foca na promoção da saúde e na autonomia dos indivíduos. A política de redução de danos foi implementada no Brasil com a Portaria nº 1028 de 2005, e suas ações visam minimizar os prejuízos associados ao uso de drogas, sem exigir necessariamente a abstinência total, o que reconhece a realidade de muitos usuários (SOUZA; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2020).

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde brasileiro incorporou elementos da redução de danos em suas diretrizes, como a criação dos CAPS-AD e dos Consultórios de Rua. No entanto, a prática ainda é frágil e limitada, especialmente para o público infantojuvenil. A ausência de protocolos específicos, o baixo investimento e o predomínio de abordagens moralizantes dificultam a efetividade dessas políticas. Enquanto isso, instituições religiosas e caritativas continuam a liderar o atendimento, muitas vezes com foco exclusivo na abstinência e sem garantir direitos básicos dos jovens (PASSOS; LIMA, 2013).

É comum que os adolescentes recebidos pelos CAPS em uso de drogas estejam inseridos em contextos de vulnerabilidade social, marcados por violência, tráfico e pobreza. Nesse caso, a droga é apenas um dos elementos da realidade complexa em que vivem. A redução de danos exige então ações intersetoriais, com participação de políticas de educação, lazer, cultura e assistência social, que ampliem as possibilidades de existência para esses jovens (TRISTÃO; AVELLAR, 2019).

Adade e Monteiro (2014) afirmam que é reconhecido o fracasso das políticas repressivas de combate às drogas para jovens. As autoras defendem uma perspectiva baseada na contextualização do fenômeno do uso de drogas, considerando fatores históricos, sociais, culturais e econômicos. A abordagem de redução de danos, segundo a OMS, visa reduzir os danos associados ao consumo e respeitar a autonomia do sujeito. Essa proposta se aproxima da pedagogia freireana, que valoriza a aprendizagem crítica e dialógica.

Conte *et al.* (2004) apresentam a proposta do Programa Saúde da Família como parte da estratégia de redução de danos, que visa integrar ações de saúde de forma que os profissionais não apenas executem funções, mas também se tornem protagonistas em suas

comunidades. O enfoque na metodologia participativa refere-se a um movimento que quer romper com o modelo tradicional, que muitas vezes é caracterizado pela hierarquia e pela passividade dos trabalhadores. Essa abordagem tem como meta incluir as vozes dos profissionais na definição de suas funções e competências, criando um espaço de acolhimento e escuta ativa.

Segundo Bernardo (2015), a estratégia de redução de danos pode ser incorporada ao trabalho técnico dentro de instituições que recebem adolescentes para recuperação, respeitando sua autonomia e reconhecendo que a abstinência não é a única via possível de cuidado. Essa abordagem valoriza o diálogo, a escuta e o reconhecimento da subjetividade do adolescente. Mesmo em um espaço marcado pelo controle e disciplina, é possível construir práticas de cuidado que fujam da lógica punitiva e acolham o jovem em sua complexidade.

Os desafios enfrentados na capacitação de profissionais da saúde para atuar na redução de danos reflete a dificuldade de mudar um pensamento enraizado. O conflito gerado pela resistência à participação e pela falta de comunicação entre as equipes indica a necessidade de processos de gestão que vão além da simples imposição de regras e normas. Para a capacitação ser eficaz, é necessário que todos os envolvidos compreendam e se sintam parte do processo. A ênfase na escuta e na reflexão deve ser um dos pilares da formação continuada, permitindo que os trabalhadores da saúde não apenas se sintam ouvidos, mas que realmente possam influenciar a forma como os serviços são prestados (CONTE *et al.*, 2004).

### **3. METODOLOGIA**

Para encontrar o material que seria analisado foi utilizada a pesquisa bibliográfica com levantamento de textos a partir de critérios específicos e posterior investigação com base na definição de categorias de análise. A pesquisa também foi de cunho qualitativo e quantitativo, já que foram analisados dados numéricos e o conteúdo dos trabalhos.

O levantamento e análise desses textos buscaram subsídios para responder: quais estratégias de redução de danos no uso de substâncias psicoativas podem ser aplicadas em adolescentes?

Os critérios para escolha dos textos a serem analisados foram: textos em língua portuguesa (de origem brasileira), que abordassem o tema redução de danos juntamente com o público adolescente, que estivessem na base Scielo, PePSIC e BVS-Psi.

Para o levantamento dos artigos, foram realizadas as pesquisas com as seguintes palavras-chave: ‘redução de danos’, ‘estratégia’, ‘adolescente’, ‘uso de substâncias

psicoativas’ e ‘adolescência’. Os filtros utilizados em todas as bases foram: ano de publicação entre 2000 e 2025, textos em português, das áreas de PSICOLOGIA e similares, em formato de artigos, livros, monografias, dissertações ou teses.

A pesquisa resultou em 870 artigos nas bases de dados pesquisadas, os quais foram selecionados por título, excluindo pesquisas com outros temas, assim esse número foi reduzido para 57. Posteriormente, por meio da leitura dos resumos dos textos pré-selecionados, foram excluídos aqueles que não se encaixavam nos critérios de escolha dos textos. Assim, restaram 17 resultados.

Após o levantamento do material, foram selecionados os trabalhos que apresentavam experiências práticas do uso da estratégia de redução de danos em adolescentes usuários de substâncias psicoativas, um total de 09 textos.

#### **4. ANÁLISES E DISCUSSÕES**

Souza, Oliveira e Nogueira (2020) relatam uma intervenção social com jovens em uma instituição de educação profissional em Guanambi, Bahia. O foco foi debater a política de redução de danos e promover estratégias de autocuidado em saúde, abordando a curiosidade dos jovens sobre drogas e seus efeitos. A atividade incluiu uma roda de conversa com 24 jovens (16-20 anos), onde foram discutidos temas sobre o uso de drogas, estratégias de autocuidado e a política de redução de danos. Os participantes mostraram grande curiosidade sobre os efeitos das drogas, discutindo questões como os benefícios do álcool e comparações entre substâncias como tabaco e maconha. Revelou-se que a abordagem possui potencial para aplicar práticas que diminuem os riscos e promovem a autonomia dos jovens, enfatizando que esta não deve ser a única estratégia, mas uma parte de uma abordagem mais abrangente ao problema das drogas.

Em outra proposta, o filme *Bicho de Sete Cabeças* foi utilizado para promover discussões sobre saúde mental e o uso abusivo de drogas entre os jovens. A proposta incentivou diálogos abertos sobre o uso de drogas, permitindo que os alunos compartilhem suas experiências e discutam aspectos relacionados às substâncias psicoativas sem receios. Ao invés de uma abordagem punitiva sobre drogas, a metodologia propôs uma perspectiva crítica e reflexiva, considerando as realidades socioculturais dos jovens. Além do filme, sugere-se a utilização de outros recursos audiovisuais como músicas e charges para ampliar a discussão sobre drogas e saúde mental (COELHO; BARROS; ASSIS, 2019).

Ferreira *et al.* (2017) realizaram uma intervenção baseada na estratégia de redução de danos voltada para jovens usuários de tabaco. Ela foi conduzida por profissionais de saúde



(enfermeiros, assistentes sociais e um fisioterapeuta) incluindo: dinâmicas de apresentação para promover a integração; confecção de painéis ilustrativos sobre o uso do tabaco; roda de conversa para discutir as experiências pessoais dos adolescentes com o tabaco; e oficina de simulação fisiopatológica para demonstrar os efeitos do tabaco nos pulmões.

Em outro trabalho, o objetivo foi compreender a Redução de Danos como uma ferramenta no cuidado de adolescentes que usam substâncias psicoativas em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS). Dez profissionais da equipe técnica foram entrevistados. Os resultados destacam quatro compreensões principais relacionadas à RD: a possibilidade de abordar o uso de substâncias sem que este comprometa áreas fundamentais da vida do adolescente. Ao direcionar as conversas para habilidades e interesses, é possível facilitar a inserção dos adolescentes em atividades que promovem crescimento pessoal. Reconhece-se que a adolescência é uma fase de muitas mudanças e desafios, o que deve ser levado em consideração. O trabalho deve ser centrado no interesse dos adolescentes, que muitas vezes são encaminhados ao CAPS sem vontade própria (TRISTÃO; AVELLAR, 2019).

Lima (2018) apresenta em sua pesquisa o projeto de um aplicativo que está sendo desenvolvido com base na redução de danos, com os adolescentes como público-alvo. Ele envolve elementos importantes como suporte comunitário, espaços de troca de experiências e informações sobre cuidados. O design é pensado para ser acessível e relevante para o público-alvo, garantindo que as necessidades dos jovens em situação de vulnerabilidade sejam atendidas.

Durante o estágio no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Caruaru, foi possível perceber que muitos adolescentes atendidos pelas equipes técnicas eram usuários de drogas, o que representava um fator de risco significativo. Assim, ficou evidente a importância de implementar uma atividade voltada a essa questão, que deveria ser iniciada pela própria instituição e suas equipes. Para isso, foram realizadas entrevistas com os profissionais da equipe, com o objetivo de compreender as estratégias adotadas para abordar a situação de adolescentes que cometem atos infracionais e também fazem uso de substâncias psicoativas. As entrevistas revelaram que há uma escassez de ações voltadas para o tratamento de adolescentes usuários de drogas na unidade. As iniciativas existentes, como um grupo de orientação sobre drogas (GOD), estão paralisadas e não atendem adequadamente às necessidades dos adolescentes, em parte devido à falta de formação especializada e à dificuldade de colaboração com outras instituições de saúde (BERNARDO, 2015).

Dorigatti (2020) aborda em sua dissertação o programa P.A.R.T.Y. (Prevent Alcohol and Risk-Related Trauma in Youth), para conscientizar jovens sobre os riscos de acidentes de trânsito associados ao consumo de álcool. Pensando em reduzir mortes entre os jovens em acidentes de trânsito causados por consumo de álcool, o programa foi implantado pela primeira vez no Brasil em 2008, e desde 2010 ocorre em Campinas, focando em estudantes de 14 a 18 anos de escolas públicas. O objetivo é promover um choque de realidade sobre os perigos do álcool e da direção, estimulando decisões conscientes e seguras entre os jovens.

Silva, Coelho e Oliveira (2021) realizaram intervenções moldadas para se ajustarem à realidade dos adolescentes/jovens, considerando suas experiências com o uso de substâncias psicoativas. O foco foi em estabelecer um diálogo aberto e reflexivo sobre suas vivências. Os grupos de discussão criaram um espaço para que os jovens expressassem suas opiniões e se sentissem protagonistas de suas próprias histórias. Isso foi crucial para o fortalecimento da autoestima e a construção de uma identidade positiva, além de permitir que os adolescentes reconhecessem recursos disponíveis na comunidade.

Por fim, outro trabalho realizou entrevistas semiestruturadas com 40 alunos de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro. Foram coletadas as percepções dos estudantes sobre drogas e suas interações com o contexto social. A maioria dos alunos possuía uma visão negativa em relação ao uso de drogas, vendo-o como uma experiência prejudicial. Os estudantes demonstraram dificuldade em distinguir entre drogas lícitas e ilícitas, sendo que as iniciativas educativas sobre drogas em ambientes escolares foram percebidas como ineficazes, muitas vezes consistindo em palestras pouco interativas. Apesar do descontentamento com as abordagens tradicionais, muitos estudantes demonstraram interesse em discutir o tema das drogas, destacando a importância de um espaço para o diálogo aberto e respeitoso sobre suas experiências e preocupações (ADADE; MONTEIRO, 2014).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os adolescentes vivem um período de intensas transformações biopsicossociais, o que exige dos profissionais uma escuta sensível, não punitiva e baseada na construção de vínculos. Nesse sentido, conforme apontam Ramminger e Silva (2015), a redução de danos não se trata apenas de uma estratégia clínica, mas também de uma postura ética que valoriza o cuidado como processo contínuo, pautado no respeito à autonomia e à singularidade de cada jovem.

Além disso, a literatura aponta que o sucesso dessas práticas depende da articulação entre serviços de saúde, escola, família e comunidade. Segundo Carlini-Cotrim (2004), a prevenção e o cuidado devem ser adaptados à realidade dos adolescentes, considerando seus valores, desejos e formas de sociabilidade. Portanto, a escuta qualificada e a construção de estratégias compartilhadas são elementos centrais para uma prática eficaz e transformadora.

Como destaca Figueiredo (2017), a redução de danos amplia o campo de atuação da Psicologia ao integrar saberes e práticas que vão além da clínica tradicional, incorporando aspectos sociais, culturais e políticos ao cuidado. Nesse cenário, o psicólogo assume o papel de facilitador de processos de mudança, respeitando o tempo e as escolhas do adolescente, sem impor trajetórias únicas ou moralizantes.

Ao aprofundar a análise sobre as estratégias de redução de danos, observa-se que sua potência reside não apenas na eficácia clínica, mas na sua capacidade de promover práticas de cuidado que rompem com lógicas normativas e moralizantes. No caso dos adolescentes, essa abordagem é particularmente relevante, pois dialoga com suas formas de existência, sua linguagem e suas especificidades socioculturais. A adolescência, por si só, é marcada por experimentações, busca por pertencimento e construção da identidade, o que torna ineficazes as abordagens que se sustentam apenas na proibição e no controle (Passos & Souza, 2011).

Ao invés de negar o uso de substâncias, a redução de danos propõe que se reconheça a realidade vivida pelos adolescentes e que se intervenha de forma ética, respeitosa e pragmática. Nesse sentido, Basto e Ronzani (2009) defendem que o diálogo e a construção de estratégias junto aos jovens são fundamentais para que o cuidado seja significativo. É nesse espaço de escuta e de construção coletiva que se fortalecem os vínculos e se possibilita a abertura para mudanças, inclusive em relação ao consumo de substâncias.

Além disso, é fundamental reconhecer que o uso de drogas por adolescentes está muitas vezes relacionado a contextos de vulnerabilidade social, exclusão, violência, ausência de políticas públicas e negligência familiar. Assim, a redução de danos também se configura

como uma resposta política, ao promover ações que considerem os determinantes sociais da saúde e que busquem a inclusão e a cidadania (Fiore, 2012). Isso exige uma atuação profissional comprometida com a justiça social, com o enfrentamento das desigualdades e com a escuta das juventudes marginalizadas.

Outro aspecto relevante é o papel do psicólogo como mediador de espaços de escuta e cuidado. Conforme argumenta Tavares (2015), o trabalho do psicólogo no campo da redução de danos não se limita à clínica tradicional, mas envolve práticas territoriais, ações coletivas e o fortalecimento de redes de apoio. Essa atuação exige constante reflexão ética, sensibilidade cultural e capacidade de lidar com a complexidade das vivências adolescentes.

Compreender os fatores de risco para o uso de substâncias na adolescência é crucial para a implementação de intervenções eficazes. Por esse motivo, a educação em saúde é uma ferramenta essencial na promoção do bem-estar mental dos adolescentes. Intervenções educativas, como grupos de apoio e programas informativos nas escolas, ajudam a desconstruir o estigma em torno da saúde mental e promovem um estilo de vida saudável (TEIXEIRA *et al.*, 2020).

Araújo, Silva e Oliveira (2013) enfatizam a importância de uma abordagem holística e integrada, que vá além da mera prevenção e intervenção, buscando reformas estruturais que permitam o verdadeiro desenvolvimento social. É fundamental que os vários setores como: educação, saúde e assistência social, trabalhem em conjunto para oferecer um suporte efetivo a crianças e adolescentes em situação de risco, reconhecendo que o uso de drogas é frequentemente um sintoma de problemas sociais mais amplos.

Segundo Souza, Oliveira e Nogueira (2020), promover a autonomia dos usuários significa dar-lhes ferramentas e informações para que possam tomar decisões mais informadas sobre seu consumo de substâncias. A educação em saúde se torna uma ferramenta vital nesse processo, promovendo uma abordagem mais compreensiva e menos punitiva. De acordo com os autores, os jovens têm uma visão distorcida ou incompleta dos riscos associados às drogas. Isso destaca a importância de intervenções educativas que abordem essas lacunas de conhecimento de maneira aberta e informativa.

A redução de danos desponta como uma estratégia ética e eficaz no atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, especialmente frente às limitações dos modelos tradicionais pautados no controle e na punição. Ao invés de reforçar a lógica institucionalizada, essa abordagem propõe uma atuação crítica, acolhedora e centrada na singularidade dos sujeitos. Trata-se de uma prática que exige dos profissionais sensibilidade, escuta qualificada e compromisso ético, além de uma articulação constante

com os diversos serviços que compõem a rede de proteção social. Nesse sentido, a redução de danos não apenas amplia as possibilidades de cuidado, como também tensiona e ressignifica as formas de intervenção no campo socioeducativo (BERNARDO, 2015).

Conclui-se, portanto, que as estratégias de redução de danos, quando aplicadas com responsabilidade e sensibilidade ética, são fundamentais para promover saúde, cidadania e qualidade de vida entre adolescentes em situação de vulnerabilidade. Cabe à Psicologia, como ciência e profissão comprometida com os direitos humanos, fortalecer tais práticas e contribuir para a construção de políticas públicas inclusivas e emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 01, p. 215-230, 2014.

ARAÚJO, Anelize Teresinha da Silva; SILVA, Josiéle Cristina da; OLIVEIRA, Fernanda Motta de. Infância e adolescência e redução de danos/intervenção precoce: diretrizes para intervenção. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 72, 2013.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. **Redução de danos entre adolescentes: uma estratégia possível?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 105-113, 2004..

BERNARDO, Nathally Izabela de Oliveira. A prática de redução de danos com adolescentes usuários de drogas que cumprem medida no case de caruaru. In: **Anais do I Congresso de Serviço Social da Faculdades ASCES: O Social em tempos de crise: implicações e desafios para os direitos e as políticas sociais**. Faculdades ASCES, CARUARU-PE, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF. 2001.

BRASIL. **Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005**. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Brasília, DF. 2005.

BUISSERETH, Merlange Jn Baptiste. **Redução de danos e adolescentes usuários de substâncias psicoativas: uma revisão integrativa**. 65 p. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2021.

COELHO, Francisco José Figueiredo; BARROS, Marcelo Diniz Monteiro de; ASSIS, Talita de. Proposta pedagógica para utilização do filme Bicho de Sete Cabeças na perspectiva da saúde mental e redução de danos do uso abusivo de drogas. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 10, n. 5, p. 301-317, 2019.

COELHO, H. F.; BARROS, D. D.; ASSIS, S. G. **Prevenção do uso de drogas no contexto escolar: análise de experiências de educação preventiva**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 6, p. 2177-2186, 2019.

CONTE, Marta *et al.* Redução de danos e saúde mental na perspectiva da atenção básica. **Boletim da Saúde**, v. 18, n. 1, p. 59-77, 2004.

DORIGATTI, Alcir Escocia. **Prevenção em Trauma em Jovens: Conscientização e Redução de Danos quanto à Exposição a Riscos Relacionados ao Trânsito e ao Consumo de Álcool**. 79 p. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP, 2020.

FIGUEIREDO, Márcia Rodrigues. **Redução de danos: uma abordagem ética na saúde mental e no uso de drogas**. Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 15-25, 2017.

FEFFERMANN, Marisa; FIGUEIREDO, Regina. Redução de Danos como Estratégia

de Prevenção de Drogas entre Jovens. **Boletim do Instituto de Saúde**. Ano XII – Nº 40 – Dezembro de 2006. São Paulo, 2006.

FERREIRA, Janeuma Kelli de Araújo *et al.* Ação educativa como estratégia de adesão às práticas de redução de danos em jovens usuários de tabaco. **EXTENDERE**, v. 5, n. 1, 2017.

LIMA, Thamyllis dos Santos. **Construção de aplicativo de redução de danos com jovens de periferia**. 2018.132f. - TCC (Monografia)- Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Curso de Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

MACEDO, Roberta Campos de; SILVA, Isabela Soares. **Redução de danos e juventudes: uma política de cuidado em construção**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 161-169, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; CARDOSO, Marília Mastrocolla de Almeida; CANDIDO, Bruna de Paula. **Uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes negros: drogas lícitas e ilícitas**. In: Barros, Sônia Atenção psicossocial a crianças e adolescentes negros no SUS: caderno de textos / Sônia Barros, Caroline Ballan e Luís Eduardo Batista, orgs. - São Paulo: EEUSP, 2021.

PASSOS, Izabel Friche; LIMA, Isabella Cristina Barral Faria. Políticas sobre drogas: qual o impacto para crianças e adolescentes?. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 111-121, 2013.

RAMMINGER, Tatiana; SILVA, Maria Stella Ferreira Levy. **O cuidado como ética: redução de danos e saúde mental**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 115-129, 2015.

REIS, R. W. C. dos; FERREIRA, M. P.; CARVALHO, J. F. de. **Adolescentes, drogas e escola: revisão sistemática de programas de prevenção escolar**. *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2021.

SILVA, Marina Thuane Melo da; COELHO, Letícia de Amorim Mota; OLIVEIRA, Daniela Sousa de. Saúde Mental fora das (CAPS) ulas: relato de experiência de ações de redução de danos com adolescentes assistidos por um CAPSad III e por unidades socioeducativas. **Health Residencies Journal-HRJ**, v. 2, n. 10, p. 111-139, 2021.

SOUZA, Cristiano Oliveira de; OLIVEIRA, Laura Rúbia Dos Reis; NOGUEIRA, Patrícia Jesus. Estratégia de redução de danos: relato de experiência com jovens escolares. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 14, n. 18, 2020.

TEIXEIRA, Liane Araújo *et al.* Necessidades de saúde mental de adolescentes e os cuidados de enfermagem: revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, p. e20180424, 2020.

TRISTÃO, Kelly Guimarães; AVELLAR, Luziane Zacché. A estratégia de redução de danos no cuidado a adolescentes em uso de substâncias psicoativas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 11, n. 30, p.

55-77, 2019.

WEBER, Maria Luísa Sousa. **Estratégias de intervenção digital em redução de danos direcionadas para jovens usuários de substâncias psicoativas**: uma revisão sistemática. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina). Escola de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2021.